

O passado da periferia no presente da metrópole

Cláudia Regina Plens*

PLENS, C.R. O passado da periferia no presente da metrópole. *R. Museu Arq. Etn.*, 26: 163-172, 2016.

Resumo: Ao longo do dossiê, contribuições de diferentes áreas do conhecimento forneceram subsídios para a discussão do patrimônio, história da ocupação territorial e dos diferentes segmentos sociais que ocuparam Guarulhos. Assim sendo, este artigo articula alguns dos dados apresentados ao longo da obra, permitindo uma leitura do patrimônio e sua história desde o período da colonização até os dias atuais, mostrando como a geografia e as histórias dos lugares guardam significados de histórias pretéritas. O objetivo final é mostrar que a valorização e proteção patrimonial depende de um amplo repertório de conhecimento, que nos permite fazer escolhas baseados na história do passado.

Palavras-chave: Arqueologia Colonial; índios de Guarulhos; Sesmaria de Ururá; patrimônio; políticas públicas patrimoniais.

O passado foi mal embalado e chega-nos deformado, carregado de mitos e preconceitos. O presente vem vestido de roupa emprestada. E o futuro foi encomendado por interesses que nos são alheios (...)

(...) Se o passado nos chega deformado, o presente desagua em nossas vidas de forma incompleta.

Mia Couto em *Economia – A fronteira da cultura*.

As histórias nos chegam deformadas por inúmeras razões, mas a mais ardilosa são as múltiplas formas de colonialismo. Não só o colonialismo imposto por forças alheias, mas as nossas próprias formas de colonialismo, forjadas dentro do âmbito da nossa própria sociedade, responsáveis pela exclusão social.

Para compreendermos as múltiplas formas de exclusão social, temos de nos voltar para o passado e realizarmos perguntas simples para obtermos respostas acerca da complexidade de fatores que levaram à formação dos discursos

históricos que foram modelados dentro do contexto de colonização de legitimação e do poder.

O passado e as forças que atuaram na manutenção das histórias de vida são complexos e uma única disciplina não é capaz de revelar, sozinha, as intrincadas e obscuras vozes do pretérito. Tampouco o isolamento de uma disciplina, no caso a Arqueologia, é capaz de resultar em dados e apropriação do patrimônio pelo coletivo. A Arqueologia Histórica, a História, o mapeamento georreferenciado, a urbanização, as questões patrimoniais e as histórias do presente estão conectadas. Não é mais possível trabalhar com uma dessas questões sem engajar os demais temas que as envolvem.

(*) Arqueóloga, Professora do Departamento de História da UNIFESP

Desse modo, a interdisciplinaridade é essencial para a compreensão e também para a comunicação da importância do patrimônio, levando o conhecimento diretamente ao planejamento de tomadas de decisões para políticas públicas de preservação do patrimônio.

O projeto PIPAG levantou diversos patrimônios da cidade e, a partir de um trabalho interdisciplinar, que visou contribuir com informações para a interpretação da cultura material em seu maior âmbito, conjuntos de edificações e paisagens culturais, conseguiu articular um projeto patrimonial pautado pela perspectiva da Arqueologia Histórica.

Assim sendo, embora não se trate de uma pesquisa de Arqueologia Histórica tradicional, a partir do estudo de pequenos objetos do cotidiano de um dado grupo local, a leitura de múltiplos lugares de significância local ganhou um caráter maior, devido à ligação entre esses lugares, cujo elo se deu por meio de caminhos e outras antigas rotas, tornando-se, assim como em uma colcha de retalhos, em uma paisagem composta por múltiplos lugares que compõem a história de todo um grupo social, de uma nação, relacionado as histórias de vidas e de lugares com relevância global.

Para a pesquisa do PIPAG não foi necessário o emprego da técnica da escavação arqueológica. A partir do mapeamento dos bens culturais ainda edificados e as múltiplas ligações entre lugares e caminhos e das classificações de seus atributos, conseguimos realizar uma leitura sobre a construção dos espaços e suas conexões, integrando questões ambientais, paisagísticas, culturais e condições socioeconômicas no passado e também no presente, considerando o debate sobre a caracterização do patrimônio e as partes envolvidas na sua proteção.

Em função da conjuntura geológica de recursos minerais singulares, as águas da Cantareira, associadas ao ouro e a população indígena permitiram que no atual território de Guarulhos se realizasse um dos primeiros empreendimentos mineradores dos colonizadores europeus ainda no século XVI. Muitos vestígios e ruínas ainda se encontram presentes, dispersos ao longo de vários bairros do município.

Por meio da Arqueologia do Movimento, no que se refere à interpretação dos caminhos como objetos e lugares de importância cultural, conseguimos avançar na compreensão do que foi o primeiro núcleo colonial de Guarulhos, sendo esse um vasto território desde São Miguel Paulista, passando pelos atuais bairros dos Pimentas e Bonsucesso e, provavelmente, seguindo para os bairros mais ao norte, que se dedicavam à mineração de ouro.

Esse vasto território, marcado por diversos caminhos que apontam para uma rede integrada pela qual a população local precisava se deslocar recorrentemente em busca de venda, compra e troca, como apontado por Plens e Porto, e corroborado por dados históricos, que enxerga períodos de crise extrema em que a produção local não era capaz de abastecimento da população local, como indicado por Vilaradaga. Mais do que isto, Miranda (Relatório PIPAG, 2015; Anexos 5 do Relatório PIPAG¹) e Plens e Porto enxergam uma continuidade desse problema de abastecimento da população nos séculos seguintes de modo intensificado, até os oitocentos, por meio de problemas de intempéries que não possibilitava que a população local transitasse pelas vias públicas, fazendo sucessivas súplicas aos gestores pela manutenção dos caminhos.

Embora não possamos nos embasar fielmente nos termos históricos adotados ao longo dos séculos para designar áreas de aldeamentos, terras e etnias indígenas, pois são descritos ao longo da história de múltiplas e variadas maneiras, notamos que dados históricos levantados por Vilaradaga corroboram a importância identificada pela arqueologia, no texto de Plens e Porto, quanto ao elemento religioso como um elo de reciprocidade entre moradores de regiões distantes, quando traz à tona que Luiz Fernandes Folgado, no outro extremo dos termos da vila de São Paulo, em Santo Amaro, solicitava, ainda no século XVII, uma romaria a “Nossa Senhora da Conceição dos Maromemis”. Se se trata dos primórdios da romaria para a Festa do Bonsucesso, mesmo que se na região de central de Guarulhos, em outra igreja, não sabemos,

1 Disponível em: <http://www.arqueologia.sites.unifesp.br/site>

mas a prática de procurar estabelecer vínculos com a comunidade local vem ocorrendo de modo contínuo desde o período inicial da mineração até os dias atuais.

Pela Arqueologia do Movimento, notamos três *clusters* de antigas estradas e caminhos. O primeiro, mais imbricado por diversas estradas que percorrem longos trajetos, o da sesmaria de Ururai, desde São Miguel Paulista até os bairros ao norte dedicados à mineração em Guarulhos. O segundo, na região central, com menor número de caminhos, que levam à região leste de Guarulhos, a área mineradora e, por fim, o terceiro *cluster*, constituído por diversos caminhos na região noroeste do município, região do Cabuçu.

Em meio à crise do século XVII em território paulista, levantado pela primeira vez por John Manuel Monteiro, notamos conjuntamente pelos dados históricos, por meio dos caminhos e toponímias, um deslocamento de assentamentos das famílias mais abastadas de Guarulhos. Se no início as famílias que lidavam com a mineração assentavam suas terras na primeira área de colonização, na parte setentrional da sesmaria de Ururai, como atestado pelo testamento de Méssia Rodrigues que descrevia terras na “paragem serro das minas de Geraldo Correa até Juquery-mirim”, e outra em Urubuapira, que corria pelo “serro arriba para o sertão”, além de sua fazenda, concedida por sesmaria em 1619, que chegava até o rio Baquirivú, um outro testamento, de 1670, mostra que “no sítio que era de Estácia”, as famílias mais abastadas tinham dirigido suas propriedades para Caucaia, “no bairro de Nossa Senhora da Conceição”, na parte central do atual território de Guarulhos.

Nota-se, portanto, uma tentativa das famílias de melhores condições financeiras de sair de terras menos produtivas, mais suscetíveis às chuvas e alagamentos, para a região central, com terras menos íngremes e, portanto, mais produtivas.

Dessa forma, os dados levantados pelo PIPAG possibilitam o entendimento da ocupação territorial em período colonial em três núcleos distintos. De um lado, temos, na área da Sesmaria de Ururai, a primeira ocupação

colonial com um grande contingente indígena – primeiramente assentado do lado setentrional para o empreendimento da mineração (quando da primeira ocupação por João da Costa em 1599 e 1603), nos bairros na área norte de Guarulhos e Mairiporã e, posteriormente, um número menor aldeado do lado meridional –, de outro, temos Nossa Senhora da Conceição que, a partir da usurpação sistemática da terra indígena a partir de Ururai, e de trazer índios de outras terras, passaram a gradativamente assentar e beneficiar as terras até a região central de Guarulhos (quando fundam a matriz Nossa Senhora da Conceição em 1665, embora se saiba que uma outra igreja mais antiga já estava presente na região décadas antes). Époça em que, segundo Vilardaga, a região se torna um importante local de produção de trigo e com algumas cabeças de gado. Em continuidade no processo de usurpação da terra, há propriedades rurais que se estabelecem em Cabuçu. Esse processo de ocupação das terras em período colonial percorre, portanto, primeiramente o leste, passando pela região central e, posteriormente, chegando à porção oeste do município.

A população indígena dos aldeamentos régios, frente ao avanço da apropriação das suas terras, apresentava uma redução expressiva. Como apontado por Miranda, dos 800 casais registrados em 1640, restariam em pouco tempo apenas 70. Em meados do século XVII, há propriedades na parte setentrional da sesmaria de Ururai com mais de quinhentos indígenas. No entanto, o sumiço sistemático dos indígenas vinha ocorrendo por todas as regiões, seja pela transmissão de doenças, fuga ou mesmo pela escravidão, que os colocava em trabalho forçado, em lavouras, em propriedades particulares, levando-os ao desaparecimento do registro público, e assim escasseando as notícias de suas existências.

Por outro lado, a grilagem e a usurpação de terras indígenas aumentaram vertiginosamente a população branca e de mestiços no território, além de escravos de origem africana que passavam a ingressar no trabalho escravo local. Esse crescimento populacional justificou, em maio de 1685, a elevação do aldeamento à condição de freguesia. Do mesmo modo, seguindo o crescimento urbanístico, a antiga capela de Nossa

Senhora da Conceição foi transformada em paróquia. Para legitimar as formas de grilagens que já aconteciam sistematicamente, a partir dos séculos XVIII e XIX, foi criada uma série de meios legais que forjaram condições para que as terras indígenas fossem consideradas devolutas e poderiam, dessa maneira, ser vendidas ou doadas para novos posseiros (ver Miranda).

A partir do ciclo da mineração de ouro em Minas Gerais, no século XVIII, as propriedades paulistas passaram a ter propriedades rurais de diversas naturezas: desde pequenas chácaras e sítios, voltados à economia de subsistência e mercado local, até grandes fazendas centradas na produção de trigo, cana-de-açúcar e algodão, e na criação de gado que, além do mercado interno, abasteciam as regiões de mineração, possibilitando, também, o abastecimento e logística das rotas e pontos de paragem das tropas de muare que percorriam as rotas de São Paulo ao Rio de Janeiro e de São Paulo a Minas Gerais, e Brasil adentro. Essas rotas, desde muito cedo, deixaram marcas na toponímia e na paisagem rural e urbana, como construções, caminhos, ruas e lugares de grande valor cultural ainda hoje. Em contrapartida às toponímias indígenas que se foram fixando ao longo da cidade, a ausência indígena – ou sua invisibilidade, como salienta Miranda –, dos registros eclesiásticos e governamentais, foi pouco a pouco se tornando regra na urbanização de Guarulhos.

Posteriormente, as olarias ganhariam grande importância econômica, visto a abundância e a qualidade do barro local, sendo instaladas, em sua grande maioria, próximo ao Tietê, para que pudessem ser transportados seus produtos. Nesse período, sabemos da existência de uma antiga estrada, que remonta ao menos ao século XVIII, entre Penha e Guarulhos (atual Avenida Guarulhos). Essa estrada, a princípio, terminava na matriz de Nossa Senhora da Conceição, porém irradiando, a partir de outros caminhos e estradas, até a estrada para Nazaré Paulista e, também, com os caminhos para Bonsucesso.

Já no século XX, surgiria uma grande quantidade de fábricas e indústrias de diversos setores, atraindo novas levas de moradores de todos os cantos do país. A localização de Guarulhos, situada entre São Paulo e Rio de

Janeiro, propiciaria a construção de grandes rodovias, como a Presidente Dutra que, usando percursos utilizados desde a pré-história por grupos indígenas, perpetuou e consolidou rotas de modo moderno, possibilitando o crescimento econômico do Brasil. Esse passo permitiu a instalação de inúmeras multinacionais que atraíram a migração para Guarulhos, constituindo novos modos de viver e de perceber o mundo.

A história de Guarulhos parece se basear em ciclos econômicos, mas é necessária cautela quanto a esse olhar. Não se trata de ciclos econômicos únicos, nem mesmo a mineração de ouro permitiu que a população se concentrasse no trabalho sobre esse único recurso, e pequenas plantações, pequenas fazendas, sempre estiveram presentes ao longo dos séculos, abastecendo a população. Quando do apogeu das fazendas de cana-de-açúcar, ainda se encontrava em uso o trabalho de mineração de ouro até o século XIX.

A história econômica do município é diversificada e intrincada, assim como a religiosidade. A religiosidade presente, desde o período da colonização, esteve sempre acompanhando as lutas e batalhas dos índios frente à escravização. Ora o catolicismo foi utilizado para doutrinar os índios e discipliná-los ao trabalho escravo, ora foi refutado pelos proprietários de terras rurais quando a Igreja tentava protegê-los dos múltiplos abusos que sofriam.

Dentro do inventário do PIPAG, nota-se que a região guarda ainda hoje em seu território uma série de lugares religiosos, os católicos – uma dezena de capelas e igrejas ao longo dos séculos, como uma religião catequizadora, doutrinadora e impositiva –, e as religiões de matriz africana, no que se refere à umbanda e ao candomblé nos dias atuais, com seus múltiplos lugares de importância, em ordem de centenas, entre terreiros e lugares de oferendas, como religiões que emergiram e permanecem em processo de resistência.

As múltiplas leituras de assentamentos nos últimos quatrocentos séculos nos permitiram encontrar um padrão de ocupação de um vasto território. A área referente ao primeiro núcleo colonial no território da sesmaria de Ururá, de

1580, foi, também, espaço cobiçado pela grilagem. Como apontado por Miranda, as terras indígenas foram progressivamente consideradas devolutas e tomadas por grileiros que se estabeleceram na área com suas propriedades. Propriedades essas que, como vimos, não foram capazes de se autossustentarem por conta das condições ambientais e intempéries (Vilardaga, Miranda e Plens e Porto).

Essa região em que os índios permaneceram isolados, e à parte da história, até o seu total desaparecimento por conta das políticas de usurpação de suas terras, é uma área ainda hoje carente de políticas públicas, de reconhecimento de seu patrimônio e de sua história desde a colonização até a atualidade.

Essa leitura do patrimônio e sua história desde o período da colonização até hoje mostra-nos como a Arqueologia não está presa e restrita ao passado. Ao contrário, ao olhar para trás, enxergamos uma trilha pela qual seguimos para chegarmos onde estamos e o futuro patrimonial só pode ser devidamente respeitado, valorizado e protegido se, a partir deste amplo repertório de conhecimento, pudermos fazer nossas escolhas baseados na história do passado.

Estudar e proteger o patrimônio depende das nossas escolhas no presente, do conhecimento adquirido e, sobretudo, dos repertórios culturais que possuímos e que nos dão respaldo para nossas tomadas de decisões acerca do patrimônio.

O direito ao patrimônio é o direito das sociedades de não terem suas histórias aniquiladas, diminuindo a importância e o direito de seus descendentes como cidadãos. A esse respeito, Boaventura de Sousa Santos nos lembra que o patrimônio comum da humanidade, tão reverenciado, tem mostrado ao longo das últimas décadas conflitos e resistências demonstrando que aquilo a que se intitula globalização é um “conjunto de arenas de lutas transfronteiriças” (Santos, 1997).

Aqui vale retornarmos ao presente. Nacionalmente, Guarulhos é conhecida pelo seu aeroporto internacional, um dos mais importantes do país, e que associado às indústrias implantadas neste município o posiciona atualmente como o

8º maior Produto Interno Bruto (PIB) entre os municípios brasileiros e o 2º entre os municípios paulistas. Embora esse alto potencial econômico sugira um município altamente estruturado, os indicadores sociais mostram a precária distribuição de renda e de serviços públicos, tendo um Índice de Gini de 0,40 e uma Incidência da Pobreza de 43,21% (IBGE Cidades).

Um recorte em um dos bairros da área em questão possibilita-nos entender o uso atual do espaço, o Bairro dos Pimentas. Esse bairro é considerado pela própria prefeitura de Guarulhos como “locais carentes de infraestrutura e, em princípio, inadequados à ocupação, considerando restrições de ordem geológica e ou ambiental”².

De acordo com Santos (2014:14-5), a cidade de Guarulhos foi considerada a décima primeira cidade mais violenta entre os 39 municípios que compõem a região metropolitana de São Paulo no Mapa da Violência de 2012. Mais especificamente, o Bairro dos Pimentas respondeu por mais de 25% das ocorrências de tráfico de entorpecentes, quase a metade (42,3%) do volume total de drogas apreendidas em 2013. Além desses dados, vale mencionar que 44,4% (1.142) dos carros roubados foram recuperados no Pimentas no ano de 2013.

Nesse sentido, notamos um processo de continuidade nos fatores de exclusão social que, como recorrentemente acontece, leva à segregação ambiental. Ao longo da História do Brasil, vemos que os segmentos sociais excluídos socialmente são empurrados para terrenos desvalorizados, à beira de córregos, encostas de morros, terrenos sujeitos a enchentes ou, ainda, obedecendo a uma outra lógica, para áreas de proteção ambiental (Maricato, 1996: 30-1).

Esse alto índice de violência em Guarulhos, e especificamente no Bairro dos Pimentas, permite-nos visualizar que o processo de exclusão social e ambiental vem ocorrendo de maneira contínua e linear ao longo de mais de quatro-

2 “Plano Local de Habitação de Interesse Social em Guarulhos”. Secretaria Municipal de Habitação (2011: 58). Disponível em: [http://www.guarulhos.sp.gov.br/files/PLHIS_Guarulhos_diagnostico\(1\).pdf](http://www.guarulhos.sp.gov.br/files/PLHIS_Guarulhos_diagnostico(1).pdf)

centos anos, só mudando os segmentos sociais que são empurrados para essa região repleta de problemas ambientais que não permitem um assentamento de forma a se autorregular.

As consequências dessa precariedade social se mostram, sobretudo, na alta taxa de evasão escolar, limitações de recursos na área da saúde e constante trânsito migratório ligado aos fatores econômicos. Tudo isso tem consequência explícita no que tange ao seu patrimônio cultural e paisagístico. Embora o município apresente um rico patrimônio ligado à sua densa história, tais como fatores históricos, lendas, lugares de referência na paisagem e o grande contingente populacional do passado, esses são total ou quase totalmente desconhecidos da população de modo geral.

Partindo do fato de que memória não é algo monolítico, mas que varia de acordo com gênero, idade, religião, etnicidade etc., e de que a memória não é apenas um processo de lembrança, mas também de esquecimento, pois pessoas e sociedade lembram ou se esquecem de fatos de acordo com as necessidades do presente (Van Dick, Alcock, 2003: 2), investigamos como diferentes segmentos da sociedade lidam com a questão do patrimônio de Guarulhos.

O objetivo dessa análise acerca da memória da população a respeito de seu patrimônio foi entender se as hipóteses de camuflagem do patrimônio e constante fluxo populacional levaram ao esquecimento a história ligada ao patrimônio da cidade.

Essas hipóteses se basearam no fato de que bens de maior monumentalidade e profundidade temporal, como os canais construídos para a mineração a partir do século XVI, estão hoje inseridos dentro da Mata Atlântica. O que por um lado protege os bens arqueológicos, por outro lado, os põem distante dos olhos e, portanto, relegado ao esquecimento pela população que hoje se concentra no centro e no subúrbio industrializado do município. Mesmo as importantes fábricas antigas estão agora camufladas na paisagem urbana pelos edifícios modernos, de maior monumentalidade, levando-as ao esquecimento pela maioria da população. Associado a isso, novos ciclos econômicos levaram a um grande fluxo de população; em

consequência, sítios e lugares ligados às atividades econômicas que ditaram a história de Guarulhos foram abandonados dando lugar a atividades econômicas mais modernas.

Os longos tecidos narrativos das entrevistas nos levaram por caminhos e estradas, pela movimentação constante, pela exclusão social e pelos assentamentos e ocupação dos espaços. Porém, os fios narrativos não são sempre extensos e só alguns fiapos chegam a períodos distantes como no período da colonização. Não há uma tradição oral que transmita entre a população as histórias das pessoas e dos lugares do período colonial.

A total ausência de memória no que concerne às histórias dos grupos indígenas que viveram na região é notória, muito embora as toponímias indígenas estejam presentes tentando fisgar a atenção da população. Mas talvez seja mais do que uma deliberada ausência de memória.

Dados do Censo 2010 apontam para a presença de migração de grupos indígenas para Guarulhos desde a década de 1950. Vindos do nordeste e de outras regiões do sudeste, atualmente a presença indígena atinge o número de mil quatrocentos e trinta e dois indivíduos dentro do município, de treze etnias distintas, entre eles Pataxós, Pankararus, Tupi, Terena e Guarani. Há movimentos da política pública tentando atender as necessidades desses grupos indígenas, com o estabelecimento do Grupo de Trabalho Permanente pelas Populações Indígenas de Guarulhos (GTP-PIG)³, criado em 2009, comprovando sua importância no município.

No entanto, do ponto de vista sociológico, não há qualquer interação da sociedade como um todo com este segmento social. Durante entrevistas e diálogos do projeto PIPAG, ao perguntarmos sobre a presença indígena em Guarulhos, os índios não foram mencionados, nem os do passado, nem os do presente.

Portanto, parece haver uma escolha da sociedade, uma opção, mesmo que inconsciente, por não amarrar a história indígena com as suas e, em decorrência, não lembrar de seu patrimônio e tampouco de suas histórias. A cruel consequên-

3 <http://jornalggn.com.br/blog/edison-brito/agosto-mes-internacional-dos-povos-indigenas-parte-ii> Acesso em: 27 nov. 2014

cia é a exclusão social que continuamente retira direitos essenciais, inclusive o da vida, dos grupos indígenas e de outros segmentos sociais do passado e do presente em todo o território brasileiro.

Sem dúvida a história da aniquilação indígena é a mais drástica, mas não é a única. Há ainda muitos outros fios perdidos no alinhavo da história. A cultura negra, por exemplo, embora massivamente importante para a história local de Guarulhos, é colocada à parte. Embora com seus marcos patrimoniais e sua cultura em voga por meio de suas religiões, o reconhecimento de seu patrimônio é ínfimo e a sociedade que segue os preceitos religiosos de matriz africana ainda hoje é vitimizada de diversas maneiras.

Como ressalta Boaventura de Sousa Santos, falar sobre religiosidade e cultura é falar de diferenças, de fronteiras, de particularismos (Santos, 1997). Tarefa difícil dentro de contextos coloniais múltiplos, onde o poder só parece ser possível a partir do indeferimento do poder do outro.

Mas essa presença histórica é mais difícil de ser apagada, o patrimônio da cultura negra que liga a essa história é mais evidente, quase monumental, em relação à indígena. Trata-se de construções que chamam nossa atenção na paisagem: é a Casa da Candinha, a Capela de São Benedito no Bonsucesso e os múltiplos terreiros de religião de matriz africana. Mas os dois primeiros são patrimônios de certa antiguidade, da época dos escravos e, por essa razão, mais fácil de serem aceitos, pois o preconceito é do outro, daquela sociedade do passado. Mas aceitar os lugares de importância da cultura negra do presente, como os terreiros, é mais difícil e expõe a nossa própria intolerância e fragilidade. Diante dessa realidade, ficamos desnudos.

Mas se anteriormente o problema social e patrimonial foi de cunho étnico, hoje já transformou-se em social. A mestiçagem vem transformando a nossa própria cultura. Mãe Clarisse do *Ilé Axé Omòórisá Ògun Àládá Meji* é um exemplo. De pele branca, Mãe Clarisse, uma batalhadora pelos direitos da cultura negra, representa a mestiçagem brasileira, ora biológica, ora cultural. E é justamente da amálgama de cultura e mestiçagens que nasce o reconhecimento de uma identidade que respeita e enxerga por meio do outro.

Porém, a fagulha de compreensão e aceitação da cultura do outro como a sua própria é ainda incipiente. A falta de conhecimento da cultura do outro parece ser ainda o maior entrave a ser superado. A educação certamente será a chave para aceitar as diferenças e aceitar os comportamentos do outro. Ainda mais na sociedade moderna, onde cada vez mais as famílias terceirizaram a educação, a transmissão de valores e de histórias para a instituição escolar, se torna premente que a escola, através de cursos, retransmita o conhecimento para as gerações futuras. A Educação Patrimonial, Arqueologia Pública e a patrimonialização tornam-se ferramentas chave para o reconhecimento do valor da história do outro.

Mas essas são apenas ferramentas, e um conjunto maior de atitudes deve ser gerado para abarcar as nuances patrimoniais. Até agora falamos sobre a perspectiva acadêmica sobre o patrimônio de Guarulhos, sob a coordenação de uma arqueóloga, que enxerga uma articulação entre caminhos, lugares e paisagens sob um viés específico. Porém, falar de patrimônio requer múltiplas visões que, como em um caleidoscópio, permite vislumbrar histórias e lugares sob diversas configurações.

As águas do passado, vindas da Cantareira, foram essenciais para a ocupação do território de Guarulhos, definiu economias e assentamentos humanos. Dentro desse panorama de rios e riachos, os caminhos levaram as pessoas a se envolverem com a região. Ainda hoje pessoas como Dona Teresa, Dona Nilza e o Sr. Rodolfo se recordam com nostalgia de ter tomado banhos nos rios, brincado em suas águas, pescado e se alimentado dos seus peixes.

Árvores e antigos caminhos parecem recorrentes nas lembranças dos entrevistados que, com nostalgia por um período distante, não vislumbram possibilidade de recuperar o que entendem como seu patrimônio social e coletivo, a natureza. Diferentemente do inventário realizado pelo PIPAG, os entrevistados sugerem uma importância para além do patrimônio edificado, os das paisagens naturais, sobretudo aquelas delineadas pelas curvas dos rios.

Os entrevistados lembram-se da brusca mudança paisagística que, em nome do progresso

econômico, em benefício de poucos indivíduos, usurpou o território natural em pouquíssimos anos, levando a problemas ambientais sem precedentes na história.

As mesmas águas que definiram os percursos da história do passado, e que tão sabiamente percorrem pela lembrança dos entrevistados, impactam-nos profundamente ainda hoje. As escolhas históricas que nossa sociedade fez para mudar os modos de vida em prol de progresso econômico, do mesmo modo que dizimou milhares de indígenas, vem matando leitões e nascentes de rios e impactando-nos diretamente na atual crise hídrica.

As escolhas do passado estão atreladas ao presente. Embora haja eventos climáticos que vêm levando a déficit de chuvas (e que tampouco é um evento único e inesperado, mas acontece de tempos em tempos ao longo de milênios), o desmatamento e a poluição das fontes de água, pontos essenciais da atual crise hídrica, são frutos de uma política que desde a colonização despreza o coletivo, e vem acontecendo em todo o estado de São Paulo, e também na Cantareira. Esse parece mais um capítulo de *O Colapso*, de Jared Diamond (Diamond, 2005), que vê um padrão no colapso de grandes sociedades ao longo da história por razão de má gestão dos recursos naturais.

Mudaram os agentes sociais e as formas para reprimir e fraudar o cidadão. Se até recentemente as terras indígenas foram usurpadas por grileiros, na atualidade a apropriação ilegal e a especulação imobiliária é o modo como ocorre a continuidade no processo de esquemas que beneficiam o privado em detrimento do coletivo, coibindo políticas públicas que possam beneficiar a sociedade como um todo.

O passo para se sair desse ciclo vicioso talvez seja colocar as áreas carentes em perspectiva variada, permitindo uma real conexão entre os diversos lugares de importância cultural da cidade, integrando ideias, permitindo debates e

modos de perceber e reagir a história e geografia locais. Trata-se de uma política de expansão que ao mesmo tempo que liga a sociedade em uma identidade coletiva, respeita e realça a diversidade cultural.

Nessa magnitude, onde os bens culturais vão além de bens estéticos e edificações, e dizem respeito a nuances culturais tão próprias, tão particulares, somente o envolvimento da população no uso e respeito por aquilo que lhe é mais caro socialmente, seu patrimônio, e a cobrança por políticas públicas de grande envergadura para a sociedade como um todo, poderá levar a novas e criativas formas de cuidar e zelar pelo nosso patrimônio, nossa história, nossa sociedade. É um projeto que requer a ação coletiva.

Para tanto⁴, do ponto de vista institucional para proteção da diversidade cultural com seus múltiplos agentes, se faz urgente que, a partir do conhecimento produzido acerca das relações sociais das “minorias” apagadas da história convencional, haja políticas públicas que protejam os bens culturais distintos daqueles tradicionalmente sob a égide dos órgãos de preservação. É preciso voltar-se com políticas públicas de reconhecimento e patrimonialização de bens e lugares que, embora em utilização contínua por diferentes grupos sociais, são menos mencionados pela História – e diafanizados da memória social –, por conta de políticas de deslegitimação de poder ao longo do tempo. São esses bens e lugares, desvalorizados pelas políticas de preservação, que transmitem a importância de segmentos sociais diversos na formação da cultura brasileira. Preservar esses bens e sua memória é proteger e reconhecer a História de maneira justa e democrática.

4 Resposta elaborada para o Seminário final do edital FAPESP/Condephaat/Sec, atendendo a uma demanda de resposta em como o conhecimento produzido pelo projeto PIPAG poderia vir a auxiliar os órgãos tomadores de decisões (2015).

“O nosso país fazia, afinal, o que fazemos na nossa vida cotidiana: inventamos monstros para nos desassossegar. Mas os monstros também servem para nos tranquilizar. Dá-nos sossego saber que eles moram fora de nós. De repente, o mundo mudou e somos forçados a procurar os

nossos demónios dentro de casa. O inimigo, o pior dos inimigos, sempre esteve dentro de nós. Descobrimos essa verdade tão simples e ficamos a sós com os nossos próprios fantasmas. E isso nunca nos aconteceu antes. Este é um momento de abismo e desesperanças. Mas pode ser, ao mesmo tempo, um momento de crescimento. Confrontados com as nossas mais fundas fragilidades, cabe-nos criar um novo olhar, inventar outras falas, ensaiar outras escritas. Vamos ficando, cada vez mais, a sós com a nossa própria responsabilidade histórica de criar uma outra História. Nós não podemos mendigar ao mundo uma outra imagem. Não podemos insistir numa atitude apelativa. A nossa única saída é continuar o difícil e longo caminho de conquistar um lugar digno para nós e para a nossa pátria. E esse lugar só pode resultar da nossa própria criação.”

Mia Couto em *Economia – A fronteira da cultura*.

PLENS, C.R. The past of the periphery in the metropolis's present. *R. Museu Arq. Etn.*, 26: 163-172, 2016.

Abstract: In the dossiê, contributions from different areas of knowledge supports the discussion about heritage, history of territorial occupation, and different social groups in Guarulhos. Therefore, this paper articulates data presented in the report enabling a reading of Guarulhos's heritage and history from the colonization period to the present day and showing how the areas' geography and history preserve the meaning of preterit histories. The main goal is to show that recovery and heritage protection depends on a wide repertoire of knowledge that allows us to make choices based on the history of the past.

Keywords: Colonial Archaeology; indigenous of Guarulhos; Ururá Sesmaria; Cultural Heritage; heritage policies.

Referências Bibliográficas

- Censo Demográfico. 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: mar. 2013.
- Couto, M. 2003. *Economia – A fronteira da cultura*. Texto apresentado por Mia Couto na AMECON – Associação Moçambicana de Economistas: (30.09.2003). Disponível em: http://www.macua.org/miacouto/Mia_Couto_Amecon2003.htm. Acesso em: 13 abr. 2015.
- Diamond, J. 2005. *Colapso – como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Maricato, E. 1996. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec.
- Monteiro, J.M. 1998. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Santos, H. (Coord.). 2014. *Infância e violência: cotidiano de crianças pequenas em favelas e cortiços de São Paulo, Pimentas e Água Chata (Guarulhos-SP)*. Relatório de Pesquisa. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Centro de Análises Econômicas e Sociais (CAES-PUCRS), Porto Alegre.

Santos, B.S. 1997. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova* [online], n. 39: 105-24.

Van Dick, R.; Alcock, S.E. 2003. The Archaeologies of memories: an introduction. *The Archaeology of Memory*. Oxford: Blackwell Publisher:1-13.